



Anais da Assembléia

Nº 012

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE MARÇO DE 1992

ANO XVIII

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 09ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 1992
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Martins.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Hermas Brandão, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duffio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Alves, Osvaldo Trevisan, José Tavares, João Iensen, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Doutor Rosinha, José Arthur Ritti e Paulo Maia (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 11/92

Curitiba, 09 de março de 1992.
Senhor Presidente.

De conformidade com o disposto no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência,

para ser submetido à apreciação dessa augusta Casa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que as categorias funcionais de Inspetor de Presídio e de Técnico de Administração, esta com a denominação alterada para "Administrador", passam a integrar o Anexo III, da Lei nº 9.877, de 23 de dezembro de 1991.

O Plano de Lei em causa decorre do resultado de reexame do assunto, procedido pela Secretaria de Estado da Administração, no qual constatou-se a necessidade da elevação da categoria funcional de Inspetor de Presídio, do padrão "D" para o "G", tendo em vista que a categoria de Guarda de Presídio, de hierarquia funcional inferior, foi reavaliada para padrão "F", conforme consta do Anexo III, da referida Lei nº 9.877/91.

Por outro lado, a categoria funcional de Técnico de Administração será incluída, sem alteração, apenas para unificar a nomenclatura correta da profissão, que, nos termos da legislação federal, é "Administrador".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Passam a integrar o anexo III da Lei nº 9.877, de 23 de dezembro de 1991, as seguintes categorias funcionais:

SITUAÇÃO ATUAL

Categoria Funcional	Grupo Código	Padrão
Téc. de Administração	P 15	I
Inspetor de Presídio	G 17	D

SITUAÇÃO PROPOSTA

Categoria Funcional	Grupo Código	Padrão
Administrador	P 15	I
Inspetor de Presídio	G 17	G

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros aos ocupantes da categoria funcional de Inspetor de Presídio, devidos, re-

troativamente, nos termos dos itens I e II do artigo 1º da Lei nº 9.877, de 23 de dezembro de 1991, ficando revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 12/92

Curitiba, 09 de Março de 1992.

Senhor Presidente.

De conformidade com o disposto no art. 53, inciso IX, combinado com o art. 66, inciso II, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Casa, o incluso anteprojeto de lei visando revogar o art. 190 com seus incisos I e II e parágrafo único, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Paraná), assim como incluir, no art. 189, da referida lei, um parágrafo 5º, dispondo que "a concessão de diárias obedecerá à regulamentação própria, através de ato do Chefe do Poder Executivo".

O Plano de Lei ora proposto substancia o resultado de estudos realizados pela Secretaria de Estado da Administração, sendo oportuno e necessário, conforme esclarece a adiante transcrita Exposição de Motivos a mim encaminhada pelo Ofício nº 154/92, daquela Pasta:

"O presente anteprojeto de lei tem por objetivo racionalizar a concessão de diárias com base em legislação que defina claramente os parâmetros para uma correta interpretação.

Consta no Estatuto dos Funcionários Civis do Estado do Paraná, Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, art. 190, que o servidor que se deslocar da respectiva sede mais de 6 (seis) horas, terá direito a receber meia diária.

O mesmo artigo define que a diária integral é devida ao servidor quando este passar "mais de 12 (doze) horas fora da sede", proporcionando abertura para várias interpretações e favorecendo a prática de cálculos diferenciados.

A não delimitação do período gera, muitas vezes, o entendimento de que a cada 12 (doze) horas pode ser concedida uma nova diária.

Ocorre que, quando do deslocamento para municípios próximos da sede, o funcionário retorna dentro do seu período de trabalho, percebendo meia diária para apenas uma refeição.

Desta forma, os valores despendidos com diárias são elevados, pois qualquer deslocamento da sede que exija indenização das despesas está, quase sempre, no limite das 12 (doze) horas, pagando-se valores integrais.

A presente proposta visa minimizar o atual problema, sendo que com a adoção de 3 (três) subdivisões de valores, será con-

cedido 25% (vinte e cinco por cento) do valor da diária para quem permanece um período superior a 6 (seis) horas e inferior ou igual a 12 (doze) horas fora da sede, período este que corresponde a uma refeição.

Quando a permanência for um período superior a 12 (doze) horas e inferior ou igual a 16 (dezesseis) horas, o servidor perceberá 50% (cinquenta por cento) da diária o que corresponde a duas refeições.

Acima deste período, ou seja, superior a 16 (dezesseis) e inferior ou igual a 24 (vinte e quatro) horas, ocorrerá a diária integral que abrange a alimentação e hospedagem.

Tendo em vista o exposto acima ressaltamos que o Poder Executivo terá maior flexibilidade em normatizar a forma de pagamento das diárias, através de Decreto, sempre que entender necessário.

Há preocupação, no sentido de tornar transparente a atuação dos órgãos da Administração Direta e Autárquica, através de procedimentos padronizados e coerentes.

Pretende-se assim, reduzir os custos com diárias no Estado, principalmente naqueles órgãos que possuem grande deslocamento de servidores no horário de trabalho normal, concedendo-se, ao invés de meia diária, somente 25% (vinte e cinco por cento) da mesma.

Pretende-se também, facilitar o atendimento da Legislação, de forma a não dar margem para interpretações diversas, permitindo uma melhor gerência dos recursos financeiros para o pagamento de diárias".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MARIO PEREIRA

Governador do Estado em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica revogado o art. 190, com seus incisos I e II e parágrafo único, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Civis do Paraná.

Art. 2º - Fica incluído no art. 189, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, um parágrafo quinto, com a seguinte redação:

"§ 5º - A concessão de diárias obedecerá à regulamentação própria, através de ato do Chefe do Poder Executivo."

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor a partir do dia 1º do mês subsequente à sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 139

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo art. 182 do Regimento Interno, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 05/92 (Mensagem nº 03/92), de autoria do Poder Executivo, que isenta a COHAPAR de impostos e taxas estaduais de qualquer natureza, especialmente em relação ao Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações - ITCMD e reduz 50% nas custas e nos emolumentos judiciais que devam ser pagos pela COHAPAR.

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 140

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo art. 182 do Regimento Interno, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 21/92 (Mensagem nº 08/91), de autoria do Poder Executivo, que autoriza aquele Poder a contratar operação de crédito externo até o valor de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares norte-americanos) junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para financiamento de projetos elegíveis ao Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba - Bacia do Alto Iguaçu (SANEPAR/COMEC/Mun. CURITIBA).

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 142

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, Regime de Urgência na tramitação do Projeto de Resolução nº 42/91, de sua autoria, que objetiva a autorização da realização do plebiscito no Distrito de Boa Esperança, visando a sua emancipação do município de Pérola.

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(aa) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 0153

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 401/91, de sua autoria, na fase de tramitação em que o mesmo se encontrar.

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(a) EURIDES MOURA.

REQUERIMENTO Nº 0141

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a realização da Sessão Solene na Câmara de Vereadores de Londrina, para a outorga do Título de Cidadania Honorária ao Senhor George Craig Smith, no dia 15 de abril de 1992, a partir de 20 horas.

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(a) EMÍLIA BELINATI

REQUERIMENTO Nº 0152

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, de conformidade com o Art. 128, "in fine", do Regimento Interno, pretende a manifestação desta Casa, com respeito à importância da inclusão, no "currículo" escolar de 1º grau, da matéria de Educação Ambiental entre as de caráter opcional, bem como de sua implantação através do órgão competente.

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

É inegável que a matéria de Educação Ambiental assume importância crescente, à medida em que todos os povos assumem uma maior consciência a respeito do meio ambiente.

Tal preocupação tem alcançado lugar de relevância, quer nas discussões a nível governamental, quer no cotidiano da população.

Torna-se portanto, crucial que o Poder Executivo do Paraná adote as providências cabíveis, a fim de que, cada vez mais, nossa população desenvolva a ótica suficiente sobre a questão, o que só pode ser conseguido na medida em que tal conhecimento seja-nos fornecido desde os bancos escolares.

Estas as razões que nos levam à apresentação da presente proposição.

REQUERIMENTO Nº 0159

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Presidente da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, o Excelentíssimo Desembargador Negi Calixto, apelo no sentido de que os Distritos Judiciários de Ivatê, Vila Alta e Douradina, pertencentes a Comarca de Umuarama, passassem a pertencer a Comarca de Icaraíma.

Considerando que tal medida desencadearia celeridade nos serviços prestados, desafogando a Comarca de Umuarama, em razão da mesma atender a diversos Distritos (anexo I), e ainda, considerando que a

matriculados, para o ano letivo de 1992, nada menos que 520 alunos, o que justifica a urgência com que qualificamos o respeitoso pedido, o qual esperamos possa ser atendido e pela qual rogamos a aprovação unânime do Douto Plenário deste Parlamento.

REQUERIMENTO N° 0143

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Homero Oguido, Digníssimo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, no sentido de que seja autorizado a liberação de recursos para a construção de poços artesianos no distrito de Jangada, em Iporã.

Do aprovado, Requer comunicação aos Senhores Otoniel Ferreira, Prefeito Municipal e ao Vereador Moisés Mendes Sanches.

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O programa do Governo do Estado, comandado pela SEDU e executado pela SANEPAR, visa atender pequenas localidades onde o morador encontra dificuldades de acesso ao conforto dos grandes centros, e a qualidade de vida é comprometida pela falta de recursos financeiros, principalmente.

O Distrito escolhido apresenta essa característica de concentração populacional marginalizada de abastecimento de água, telefonia e eletrificação rural, entre outras melhorias. Uma vez atendida, em comunidades organizadas, os poços artesianos iriam, sem dúvida, oferecer conforto e saúde às famílias.

REQUERIMENTO N° 0144

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Dr. José Moacir Favetti, digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de determinar estudos para viabilização da construção de uma subdelegacia no distrito de Ivatê, em Umuarama.

Do aprovado, REQUER ainda, comunicação ao Dr. Aldino Panazollo, à Vereadora Elmi da Panazollo, ao Prefeito Alexandre Ceranto.

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Por se tratar de um distrito em vias de se transformar em município neste ano, Ivatê carece de infra-estrutura para atender os serviços públicos, e na área da Segurança a construção de uma sub-delegacia,

posteriormente transformada em delegacia, é reivindicação mais premente no momento.

REQUERIMENTO N° 0150

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa ao Presidente do Congresso Nacional, Sr. Mauro Benevides, e ao Presidente da Câmara Federal, Sr. Ibsen Pinheiro, solicitando que dêem ciência aos demais membros das citadas Casas de Lei sobre a reivindicação das trabalhadoras rurais brasileiras, especialmente as paranaenses, no sentido de que seja restituído o direito ao Salário maternidade, conquistado através da votação dos Senhores Congressistas à Lei de Benefícios e Custeios da Previdência-Lei n. 8213/91, no seu artigo 100, e vetado pelo Senhor Presidente da República.

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(a) EMILIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

As trabalhadoras rurais de todo país reivindicam o pagamento do Salário Maternidade, proposta anteriormente vetada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Há que se recorrer ao Congresso Nacional, na tentativa de reconquistar este legítimo direito, já assegurado às trabalhadoras urbanas. Confiamos que Deputados e Senadores irão derrubar aquele injusto e incompreensível veto do Presidente Fernando Collor. Também para atender ao princípio da isonomia.

REQUERIMENTO N° 0156-A

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente à Câmara Federal, solicitando à Mesa Executiva, a inclusão na pauta para discussão e votação no primeiro semestre de 92, de Projeto de Emenda Constitucional n. 32/91, de autoria do Deputado Lourival Freitas, que fixa o limite máximo do salário dos Deputados Estaduais em 75% do que recebem em espécie os Deputados Federais.

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(aa) ERNANI PUDELL,

DR. ROSINHA,

OVIDIO CONSTANTINO.

REQUERIMENTO N° 0148

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, solicita o envio de Pedido de Informações à Cia de Saneamento do Paraná, a saber:

lo menos três automóveis e complementação do quadro de pessoal administrativo e de apoio daquele serviço, a fim de que a Defensoria possa continuar desenvolvendo e ampliando seu trabalho em favor da população paranaense.

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO N° 161

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações com a Coordenadoria Regional do Sine-Paraná, pelo transcurso dos quinze (15) anos de magníficos serviços prestados pelo SINE no Estado do Paraná, requerendo-se mais que, do ato, seja dada ciência ao órgão, na pessoa do seu Coordenador Regional no Paraná, Dr. Manoel Pacífico da Costa.

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O Sistema Nacional de Emprego foi inspirado no ato mesmo de sua implantação e implementação, na necessidade de ser conhecida toda a verdadeira situação do emprego no Brasil, para as mais diversas categorias.

Sendo o Paraná um dos Estados mais bem organizados, tanto na produção como na mão-de-obra nela ocupada, foi particularmente fácil a implantação do SINE em nosso Estado; o empresariado o recebeu auspiciosamente, assim como os empregados que a partir do surgimento do SINE, passaram a contar com um eficiente amparo na busca de colocação no mercado de trabalho.

Por outro lado, louve-se a escolha dos elementos da equipe que inaugurou o SINE no Estado do Paraná.

Se a atividade do órgão fluíu com simplicidade e naturalidade, estabelecendo os princípios de uma verdadeira estatística do emprego no Paraná, por outro lado, nas naturais mudanças nos quadros - desde os postos mais elevados até os mais modestos da hierarquia - não quebrou a harmonia do trabalho, o desempenho e os bons resultados do SINE-PR, justificando-se a homenagem ora proposta para cores perenes ao reconhecimento dos Poderes Constituídos do Estado do Paraná, particularmente desta Assembléia Legislativa que contou com especial colaboração do SINE-PR desde a sua criação.

REQUERIMENTO N° 149

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após aprovação desse douto Plenário, envio de uma cópia de seu pronuncia-

mento, feito na presente data, 10 de março de 1992, ao Excelentíssimo Sr. Governador em exercício, Mário Pereira, para que o mesmo tome conhecimento.

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(a) MARIO BEZERRA

REQUERIMENTO N° 156

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Engenheiro Gabriel F.C. Macedo, DD. Secretário de Estado dos Transportes em exercício, no sentido de determinar reparos e conservação na pista de rolamento da estrada que liga Ibaiti a Congoinhas.

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A estrada referenciada foi construída há alguns anos e em virtude do seu uso diuturnamente, como corredor de escoamento das exuberantes safras agrícolas e o uso contínuo de outros veículos ligando todos os quadrantes de nosso território e a conservação precária, deixou a estrada necessitando de urgentes reparos em grande parte de seu trecho, bem como melhor conservação, esses benefícios estão sendo reclamados por toda a região.

REQUERIMENTO N° 0160

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja oficiado a Sua Excelência Secretário da Educação, solicitando a liberação de material que a seguir relaciona para a Escola Tancredo Neves - 1° Grau/ Francisco Beltrão: a) estantes para biblioteca; cadeiras e mesas para a biblioteca; b) dois arquivos de aço; d) armários para sala de aula; e) escrivaninhas para salas de direção e secretaria; f) escrivaninhas e cadeiras para professores; g) geladeira para a cozinha; g) material esportivo.

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Vale à pena estudarmos a situação funcional da Escola Tancredo Neves, localizada no bairro Pinheirinho, Francisco Beltrão. Funciona esse educandário em prédio cedido pela Prefeitura Municipal; devendo considerar-se, mais, que quase todos os utensílios utilizados, fazem parte do patrimônio da Escola Municipal Casemiro de Abreu que cedeu parte do seu espaço para permitir o funcionamento da Escola Tancredo Neves.

A unidade escolar para a qual estamos solicitando a liberação do material tem

distância entre os Distritos acima citados e a Comarca de Icaraíma é mais curta, facilitando dessa forma, o deslocamento da população (anexo II).

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO Nº 0146

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER o registro em ata dos trabalhos desta Sessão, de votos de congratulações e muito aplauso à direção do Correio de Notícias, consagrado Jornal diário de nossa Capital, no dia 11 próximo vai lançar na Cidade de Londrina, no norte do Estado, o mais novo veículo de comunicação do Paraná, o CORREIO LONDRINENSE, pertencente ao mesmo grupo empresarial de comunicação!

E importante que as boas coisas se reproduzam e assistimos com muita satisfação a expansão do nosso popular Correio de Notícias!

A destacar o bom trabalho de seu Editor Chefe, jornalista Cícero do Amaral Cattani, que há anos tem dedicado todo o seu elevado talento em prol do jornalismo sério e agora, parte para mais uma etapa importante, um novo desafio, onde temos convicção, irá alcançar o costumeiro sucesso.

Pedimos que se oficie ao Jornalista Cícero do Amaral Cattani a manifestação de nossa Casa de Leis.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 0147

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário que seja transcrito nos anais desta Casa um voto de congratulações e aplauso pela iniciativa da veiculação do Programa Luiz Carlos Martins, na TV Independência, Canal 7, do Sistema Sul de Comunicação (SSC)

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

O programa de televisão em apreço, como o próprio nome diz, é apresentado pelo comunicador Luiz Carlos Martins, Deputado com assento nesta Casa e ilustre membro da Bancada do PST (Partido Social Trabalhista), que tenho a honra de liderar.

Lançado dia 17 de fevereiro último, o programa vai ao ar todos os dias úteis ao meio-dia e já polariza as atenções de uma grande massa de telespectadores de todas as camadas da população da Grande Curitiba e outros centros urbanos do Estado.

Luiz Carlos Martins é um homem público sério, comunicador competente, muito esti-

Curitiba, terça, em 10.03.92

mado pelo povo, além de profundo conhecedor dos problemas da comunidade.

Em verdade, o referido programa de tevê já vai se constituindo em mais um canal aberto aos interesses de nossa gente e com certeza se tornará, em breve espaço de tempo, um grande porta-voz do povo, no encaminhamento e solução de suas reivindicações.

Por isso, esperamos a aprovação deste requerimento, com o envio de ofício de congraluações desta Assembléia aos diretores superintendente e administrativo ao SSC, respectivamente, Doutor Leonardo Petrelli e Osvaldo Santos, pela feliz iniciativa da produção e apresentação do Programa Luiz Carlos Martins.

REQUERIMENTO Nº 0151

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo Votos de Congratulações à Defensoria Pública, pelo extraordinário trabalho desenvolvido para assegurar o acesso à Justiça aos paranaenses carentes.

Os 15 advogados e cinco estagiários da área criminal da Defensoria Pública realizaram 68 jûris, 1815 audiências nas varas criminais, 660 audiências das varas de trânsito, 161 jûris nas auditorias militares, 221 audiências na Vara do menor infrator, 23 revisões criminais.

Na área Cível, os 28 advogados e 10 estagiários atuaram durante 1991 em 2.526 processos, com um total de 650 casos ajuizados, 124 encerrados e 526 em andamento. Além disso, há 386 processos trabalhados extra-judicialmente.

Além disso, a defensoria mantém um serviço social e de aconselhamento psicológico à disposição da população.

No ano passado esse serviço atendeu 8.018 pessoas.

Esse extraordinário trabalho evidencia a preocupação e o zelo dedicado dos advogados e futuros advogados envolvidos na Defensoria, bem como de outros profissionais, encarregados de na prática, assegurar o acesso de todos os paranaenses, mesmo os mais carentes, aos mecanismos da Justiça.

Que do teor do presente seja dada ciência à advogada Denise Taques Pimenta, responsável interinamente pelo serviço, a fim de que transmita esta manifestação de louvor a todos os envolvidos naquele trabalho.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Secretário de Estado da Justiça e ao Governador do Paraná, do teor do presente e da solicitação, para que se viabilizem pe-

1) - Do que se trata a licitação 06/92-DO (anexo cópia do edital)

2) - É verdade que a empresa vencedora deste edital concedeu desconto no preço, em que 50% do valor previsto pela própria SANEPAR no Edital?

3) - A empresa vencedora cumpriu todos os requisitos do edital, inclusive comprovação de possuir condições de fazer a obra?

4) - O Departamento Técnico da SANEPAR manifestou-se sobre o preço da vencedora, entendendo estar dentro de parâmetros aceitáveis?

5) - Quais os critérios usados pela SANEPAR para fixar o preço do edital, em números tão elevados?

6) - A empresa vencedora já prestou serviços à SANEPAR? Quais? Quando?

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Notícias veiculadas na empresa, dando conta de que algumas licitações promovidas pela SANEPAR tem sido ganhas por empresas que concedem descontos de mais de 50% sobre o valor referencial apresentado pela própria Empresa, nos levam a solicitar estas informações, para que possamos analisar melhor o assunto e adotar providências, se for o caso! É preocupante, pois pode estar havendo super faturamento da própria SANEPAR ou então as empresas que estão ganhando as licitações não reúnem condições de concluir as obras. Daí o presente Pedido de Informações.

REQUERIMENTO Nº 155

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, com fulcro nas suas prerrogativas estatutárias e Constitucionais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio ao Senhor Secretário de Justiça do Paraná, do seguinte,

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

01) Qual a situação atual do processo de alienação autorizada do imóvel que abriga a Penitenciária Provisória de Curitiba, no bairro do Ahú, em Curitiba?

02) Qual o andamento dos projetos para construção de Unidades Penais Agrícolas no interior do Paraná?

03) Relação atualizada de internos nas unidades penais do Estado, com discriminação para tipo de delito, início e término da pena, bem como benefícios a eles concedidos.

04) Número total de detentos, acompanhando relação das evasões ocorridas desde 1985.

05) Quais os programas de reeducação do homem encarcerado que vêm sendo desenvolvidos nas unidades prisionais, quantos estão trabalhando e em que tipo de ocupa-

ção?

06) Qual o orçamento para programas de reeducação do homem encarcerado no Paraná; nos últimos cinco anos e qual o orçamento geral para manutenção do sistema penitenciário, com especificação por unidades?

07) Qual a arrecadação do Fundo Penitenciário e respectiva aplicação, nos últimos cinco anos?

08) Qual o custo diário de um interno no sistema penitenciário paranaense?

09) Qual a capacidade máxima de internos das unidades prisionais do Paraná?

10) Quantos presos condenados e aguardando julgamento se acham em cadeias públicas no Estado?

11) Quantos e quais condenados foram transferidos para outros Estados da União, com especificação para origem, destino, data de transferência, tipo de delito, tempo de pena?

12) Relacionar os condenados de outros Estados, inclusive por faixa etária?

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(a) ALGACI TOLIO

JUSTIFICATIVA:

Em primeiro lugar, a Constituição instituiu a todos os cidadãos o direito de receber dos órgãos públicos informações do seu interesse particular ou coletivo. Acumulado a isto, podem os deputados estaduais, mediante requerimentos, solicitarem informações dos Secretários de Estado, as quais devem ser prestadas num prazo de trinta dias, sob pena de crime de responsabilidade.

Esse instrumento serve para ampliar a vista fiscalizadora dos membros que integram o Poder encarregado não apenas dessa função, mas também da tarefa legisladora. Tais informações são essenciais, então, para um apanhado de determinadas situações em áreas administrativas do Estado e para o estudo viabilizador de soluções para eventuais problemas nessas áreas.

Especificamente com relação ao presente requerimento, quer o seu Deputado autor saber a situação atual do sistema penitenciário paranaense, dados que não se acham à disposição no formato pretendido.

Na discussão dos problemas de segurança pública - onde reside a maior expectativa e o maior temor da população, segundo pesquisas - surgem sempre equívocos com relação ao sistema penitenciário. Costumam dizer, frequentemente, os defensores da Pena Capital, por exemplo, que o custo mensal de um interno é consideravelmente superior ao que ganha um trabalhador, chefe de família.

Outra questão que suscita dúvidas, é a alienação do Presídio do Ahú, em Curitiba, já autorizada pela Assembleia Legislativa, que ainda não ocorreu. Tal comercialização vai livrar o bom e nobre Ahú da "panela de

pressão" que há tantos anos apavora os curitibanos daquela região. Por outro lado, afirma-se que estariam sendo construídas unidades agrícolas no interior do Estado. Entretanto, não dispomos de instrumentos para avaliar o andamento de tais propostas.

Qualquer discussão seria sobre os problemas de segurança pública, no que é fundamental discutir o sistema penitenciário, deve ser fulcrada em números atualizados, em dados importantes, como datas de condenação, tipo de delito, idade, sexo, escolaridade, e outros dados dos quais jamais dispusemos.

Acreditamos que a única forma de reintegração do homem encarcerado à sociedade é a educação e profissionalização. Por isso solicitamos dados sobre tais programas, nos últimos cinco anos, até para fins comparativos.

Quando do levantamento de críticas à realidade do sistema penitenciário, surge como motivo de peso a carência de recursos e a superlotação dos presídios. Para que este Poder estude e se empenhe na busca de solução para estes problemas, é necessário dispor de dados concretos.

Enfim, o que se pretende é subsidiar a discussão, nesta Casa, com envolvidos na área, sobre uma das facetas mais importantes do binômio Justiça/Segurança, para o que é fundamental a colaboração do Senhor Secretário de Justiça do Paraná.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 44/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Art. 1º, da Lei nº 9562, de 30 de janeiro de 1991, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado o Município de Ramilândia, desmembrado do município de Matelândia, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica, "ad referendum" do resultado do plebiscito.

1 - COM O MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE: começa no marco M-42, localizado na divisa dos Lotes 43-44, segue por este, passando pela divisa dos Lotes 43-22, 36-22, 23-22, 23-20, 23-18, 24-18 e 17-18, até o Rio São Domingos, sobe por este até a divisa da Fazenda Padovani, segue por esta até o Rio São Francisco Falso Braço Sul, sobe por este até a foz do Rio Banhadão.

2 - COM O MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA: começa na foz do Rio Banhadão, subindo por este até a foz do Córrego Cascata, sobe por este até o marco M-317, localizado na margem esquerda do Córrego Cascata, na divisa dos Lotes 9 e 10, deste ponto, em li-

nha reta e seca, sentido leste-oeste, passando pela divisa dos Lotes 9-11, 69-70, e 57-70, até o marco M-21, localizado na margem direita do Rio São Domingos sobe por este até sua nascente, daí em linha reta e seca, passando pela divisa dos Lotes 34-83, 34-84, 34-85, 34-86, 34-87 e 34-89, até o marco M-55, localizado na margem direita do Rio Feijão Verde desce por este até o marco M-269, localizado na margem esquerda do Rio Feijão Verde, na divisa dos Lotes 138-33, seguindo por esta, passando pela divisa dos Lotes 138-40, 138-41, 138-42, 138-36, 105-36, 106-46, 135-46 e 135-140 até o marco M-308, localizado no Travessão de divisa da Colonizadora Matelândia Ltda e Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda.

3 - COM O MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA: começa no marco M-308, localizado no Travessão de divisa da Colonizadora Matelândia Ltda e colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda, segue por este, rumo leste-oeste até o marco M-137, localizado na divisa do município de Missal, na divisa da Gleba G-7 e G-9 do Imóvel Guairacá.

4 - COM O MUNICÍPIO DE MISSAL: começa no marco M-137, localizado na divisa da Gleba 07 e 09, ambas do Imóvel Guairacá, segue por esta divisa, rumo norte até o marco M-250, localizado na divisa do Imóvel Guairacá e Colônia Rio Quarto, segue por esta divisa, rumo leste-oeste até o marco M-39, localizado na divisa do Travessão da Gleba 3 - Imóvel Rio Quarto - 2ª parte, segue por esta divisa em linha reta e seca, rumo norte até o marco M-42, localizado na divisa dos Lotes 43-44, ponto de partida".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

PROJETO DE LEI Nº 045/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Art. 1º, XXXII, da Lei n. 4245, de 25 de julho de 1960, passa a ter seguinte redação:

"Art. 1º -

XXXII - MATELÂNDIA: com território desmembrado do Município de Foz do Iguaçu, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

1 - COM O MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE: começa na foz do Rio Banhadão no Rio São Francisco Falso Braço Sul, sobe por este até a foz do Rio Xaxim.

2 - COM O MUNICÍPIO DE CÉU AZUL: começa na foz do Rio Xaxim, no Rio São Fran-

cisco Falso Braço Sul, sobe pelo rio Xaxim até sua nascente na BR-277, daí em linha reta e seca até a nascente do Rio Silva Jardim, desce por este até a divisa dos Lotes 26-22, e deste ponto, em linha reta e seca, passando pela divisa dos Lotes 26-22, 26-21, 26-20, 24-19, 24-18, 24-17, 23-16 e 23-15 até a Estrada Velha de Guarapuava ou Estrada Beira Parque, e deste ponto em linha reta e seca até o Rio Floriano, desce por este até o Rio Iguaçu.

3 - COM O MUNICÍPIO DE CAPANEMA: começa na foz do Rio Floriano no Rio Iguaçu, desce por este até a foz do Rio Benjamin Constant.

4 - COM O MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA: começa no Rio Iguaçu, na foz do Rio Benjamin Constant, sobe por este até a foz do Rio Silva Jardim, sobe por este até a foz do Rio Dourado, sobe por este até encontrar a linha de divisa da Colonizadora Matelândia Ltda. e Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda. por esta linha no sentido norte até a BR-277, por esta, sentido leste-oeste até a divisa dos lotes 28-27 da Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda. daí em linha seca passando pela divisa dos lotes 28-27, 5-27, 5-6, 22-21, 22-108, 109-108, 34-108, 35-108, 36-108, 36-107 37-107 e 37-38, até o Arroio Itororô ou Sanga Barreirão, desce por este até sua foz no Rio Ouro Verde, desce por este até o marco M-225, localizado na margem direita do Rio Ouro Verde, na divisa dos Lotes 41-42 da Gleba 8 - Imóveis Guairacã, segue por esta, passando pela divisa dos Lotes 45-42, 45-43, 45-44, 46-47, 94-95, 94-96, 94-92, 91-92, 90-92, 90-100, 90-101, 90-105, 89-105, 88-106, 88-107, 87-107, todos da Glebas 8 - Imóveis Guairacã, até o marco M-405, localizado na margem esquerda do Lajeado da Divisa, sobe por este até o marco M-389, localizado na divisa dos Lotes 15-14, por esta, passando pela divisa dos Lotes 15-14 e 16-14, da Gleba 8 - Imóvel Guairacã, até o marco M-375, localizado no Travessão norte da Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda.

5 - COM O MUNICÍPIO DE RAMILÂNDIA: começa no marco M-375, localizado no travessão norte da Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda, segue por este travessão, sentido oeste-leste, até o marco M-308, deste ponto em linha seca, rumo norte, passando pela divisa dos Lotes 135-140, 135-46, 106-46, 105-46, 105-36, 138-36, 138-42, 138-41, 138-40 e 138-33, até o marco M-269, localizado na margem esquerda do Rio Feijão Verde, sobe por este até o marco M-55, deste ponto em linha seca, passando pela divisa dos Lotes

89-34, 87-34, 86-34, 85-34, 84-34 e 83-34 da Gleba 6 - Imóvel Guairacã, até a nascente do Rio São Domingos, desce por este até o marco M-21, localizado na margem direita do Rio São Domingos, na divisa dos Lote 70-57, deste ponto em linha reta e seca, passando pela divisa dos Lotes 70-57 e 70-69 da Gleba 6 - Imóvel Guairacã e Lotes 11-9 e 10-9 da Gleba 4 - Imóvel Guairacã até o Córrego Cascata, desce por este até a foz no Rio Banhadão, desce por este até o Rio São Francisco Falso Braço Sul, ponto de partida".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

PROJETO DE LEI Nº 047/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Deficientes Físicos de Apucarana.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Deficientes Físicos de Apucarana é uma sociedade assistencial, sem fins lucrativos, que foi fundada com o objetivo de resgatar a imagem do deficiente físico na sociedade.

A referida associação tem como um dos objetivos promover o deficiente físico quanto ao desenvolvimento de sua capacidade intelectual, pela profissionalização, inserção no mercado de trabalho e no sistema escolar, integrá-lo aos demais segmentos sociais e comunitário.

As atividades desenvolvidas para se atingir os objetivos têm sido realizados através de instrumentos de conscientização junto à população e ao próprio deficiente e família, com campanhas, encontros, reuniões onde é discutido causas e consequências da deficiência, reabilitação, adaptação de vias públicas que facilitem a locomoção e acesso do deficiente, entre outros assuntos de interesse específico.

A Associação de Deficientes Físicos de Apucarana está elaborando projeto de um "Centro de Atendimento do Deficiente Físico", que prevê atividades voltadas à profissionalização e a preparação escolar, bem como atendimento médico, fisioterapêutico, ambulatorial, psicológico e social.

Entre as atividades já desenvolvidas podemos citar a confecção em couro e artefatos em madeira, além de encaminhamento profissional.

O número de associados gira em torno de 200 pessoas, atualmente.

E alimentado nesse amor, nesse trabalho e com muita fé nos serviços prestados é que solicitamos seja declarada de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Apucarana.

PROJETO DE LEI Nº 048/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Entidade Grêmio Recreativo e Cultural de Samba Unidos da Vila Tiradentes, com sede e foro no município de Umuarama.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Temos a grata satisfação de intermediar o pedido de Declaração de Utilidade Pública do Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba Unidos da Vila Tiradentes, nesta Assembléia Legislativa.

A referida Entidade é Associação recreativa e cultural, sem fins lucrativos, exercendo atividades de promover desfiles carnavalescos, reuniões recreativas, literárias, culturais, cívicas e educativas, com sede em Umuarama.

Fundada em 21 de março de 1987, desde então a Entidade tem se debatido com dificuldades econômica-financeira, congraçando moradores da Vila Tiradentes em prol da promoção da cultura popular e representando-os nos desfiles carnavalescos, da Cidade.

Tal procedimento visa reconhecer publicamente o esforço e o trabalho de um grupo de pessoas em favor de uma comunidade.

Diante disto, confiamos no apoio, no sentido de aprovar o presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 049/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada como de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Rose, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(a) ALGACI TOLIO

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente plano de Lei o objetivo de declarar como de Utilidade Pública a

Associação dos Moradores e Amigos da Vila Rose, fundada em 30 de dezembro de 1990, entidade civil filantrópica, sem fins lucrativos, com sede na Rua 1, número 34, Vila Rose, Cidade Industrial de Curitiba.

Com organização, finalidade e funcionamento definidos em estatutos próprio registrado no cartório do 1º Ofício, nesta Capital, a referida entidade desenvolve admirável trabalho na sua região de atuação, estimulando o espírito de solidariedade e comunidade entre os moradores e amigos integrantes da Associação no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida dos mesmos, lutando para transformar a realidade local, bem como colaborando no que lhe é possível, para a transformação da sociedade num todo.

Por estas razões propomos à Assembléia Legislativa este Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - E lida e aprovada a Ata.

Finda a leitura do Expediente, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Osvaldo Trevisan.

O SR. OSVALDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo esta tribuna na tarde de hoje neste horário do "pinga fogo", o Pequeno Expediente, para dois registros. Um deles com respeito à viagem que o Governador Roberto Requião empreende pelo Japão e China, viagem que tem projetado o nosso Estado. De lá o Governador Roberto Requião e a equipe que o acompanha têm conseguido grandes conquistas para o Paraná e encaminhado grandes entendimentos com o Japão e também com a China.

Coincidentemente, de maneira bastante satisfatória, negociações do Governador Roberto Requião com o Exim Bank, coincidiram com a assinatura do acordo do Brasil com o Clube de Paris; isto facilitou ainda mais as negociações do Paraná com o Japão.

É importante ressaltar também que, pessoalmente, o Governador Roberto Requião tem mostrado toda a sua cultura, sua inteligência e sua competência em todos os contatos que tem mantido no Japão.

Tenho aqui o jornal "O Estado do Paraná" desta terça-feira, dez de março, que traz uma fotografia em cores do Governador Roberto Requião sendo condecorado numa universidade japonesa. Diz a matéria: "O Governador Roberto Requião recebendo dia 23 último a condecoração máxima da Universidade de Soka no Japão. Impressionada com o discurso de Requião, a direção da Universidade convidou-o para fazer palestras".

É importante isto para o Paraná, que o nosso Governador mostre, lá no Exterior, que o Paraná tem gente competente aqui ad-

ministrando.

Outro registro, Senhor Presidente, Senhores Deputados é com respeito à questão agrícola. Aqui se tem falado da frustração de safra no tratamento do algodão que o Paraná está enfrentando. Ainda nestes dias esteve aqui o Líder do Governo, Deputado Orlando Pessuti, trazendo a preocupação de agricultores de Jardim Alegre que fizeram ontem uma passeata de protesto. É importante que esta Casa desperte para esta questão, desperte para este problema e nos informemos adequadamente do que está ocorrendo.

Ainda trago aqui hoje o jornal "Indústria e Comércio", edição de hoje, que alerta também, "o Governo Federal está anunciando que lança, na próxima sexta-feira, uma nova lei agrícola, um novo pacote agrícola".

Mas os agricultores já começam a manifestar-se. É importante que esta Casa também acompanhe o que está acontecendo, para que possamos nos posicionar com respeito ao Paraná, porque produzimos 25% da totalidade de grãos deste País. Então o Paraná também precisa ser ouvido nestes novos programas do Governo Federal.

O jornal "Indústria e Comércio" traz aqui uma matéria dizendo: "Fundo não entusiasma agricultor".

Rapidamente vou ler o resumo: "A criação do Fundo de Commodities, que é a comercialização de produtos agrícolas, a ser anunciado oficialmente na próxima sexta-feira, dia 13, foi recebida com cautela pelos representantes dos setores agrícolas do Estado. Ainda se desconhece como o fundo deverá ser operado, mas produtores esperam que ele seja bem administrado e que tenha credibilidade junto aos investigadores. E aqui seguem três opiniões de diversos dirigentes da agricultura, de dirigentes de cooperativas. Uma delas é de Dilvo Grolli, Diretor vice-Presidente da COOPAVEL, e ele disse que o Governo deveria era liberar os recursos para a AGM e EGF. Portanto, a situação está crítica. A AGF são aqueles empréstimos que o Governo Federal faz para aquisição de produtos agrícolas e o EGF são os empréstimos para a comercialização, de maneira que o agricultor possa manter o produto em estoque. Grolli ressalta que até o momento os agricultores não receberam nenhum dinheiro para comercialização do feijão, milho ou algodão. A consequência é que a maioria dos produtores está vendendo os seus produtos abaixo do preço de garantia, o mínimo fixado pelo Governo. O vice-Presidente da COOPAVEL afirmou ainda que a venda precipitada, enquanto os preços não melhoram, é necessário para que o produtor custeie a colheita e mantenha a sua família. Grolli afirmou que o Fundo de Commodities ainda é

uma novidade e até agora não houve informações sobre a maneira como ele será implantado. Já na Federação da Agricultura as dúvidas quanto ao novo mecanismo que permite atrair recursos externos para a agricultura são muitas. Carlos Augusto Albuquerque do Departamento Econômico da Federação destacou que o Governo não explicou como o Fundo deve funcionar. Segundo ele há indefinições quanto a política cambial ou mesmo se o Fundo será apenas para empréstimo ou para a venda dos produtos. Além disto ele ressaltou que se desconhece a taxa de juros a ser cobrada nestas operações. Assim, Senhor Presidente, como nós já dissemos em pronunciamento aqui em dias passados, as decisões com respeito a agricultura notadamente, elas devem ocorrer com conveniência e oportunidade, na hora certa, porque depois de passado o tempo não adianta mais. Então, por isso, é importante que esta Casa cobre do Governo Federal as definições em tempo oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, no dia 18 de fevereiro, na Sessão Plenária desta Casa, nós apresentamos um Requerimento que foi aprovado por unanimidade, encaminhando ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Ministro da Previdência Social e ao Presidente do INSS, solicitando ou exigindo o cumprimento do artigo nº 202 da Constituição Federal, da lei que também regulamentou na sequência, em outubro do ano passado e dos próprios, das Ordens de Serviços internas do INSS, regulamentando e dando direito, direito conquistado na Constituição pelos trabalhadores rurais, na aposentadoria aos 60 anos para o homem do campo e 55 para a mulher. Na sequência nós ouvimos também pronunciamento de outros Parlamentares aqui nesta Casa, em função desse desrespeito que o Governo Collor, através do seu Ministro da Previdência, do que saiu e do que está agora e também da Presidência do INSS pelo não cumprimento de um direito constitucional dos trabalhadores rurais. Nós tivemos oportunidade nesta manhã, com alguns outros Deputados, como os Deputados Costenaro e Emília Belinati, de participar de um ato, realizado no plenarinho desta Assembléia (e também em que os agricultores reclamavam a ausência dos Deputados que estavam todos convidados), de protesto contra essa decisão da Presidência da República, do INSS do não cumprimento desse direito dos trabalhadores rurais.

Os agricultores estão neste momento se dirigindo ao INSS para uma audiência com o

Superintendente Regional do Paraná, e na sequência, às 4 horas da tarde, estarão se dirigindo ao Procurador da República no Estado do Paraná entregando uma representação com mais de 2 mil assinaturas de requerentes desta aposentadoria que estão sendo ludibriados pelo INSS.

Desde 1988 está garantido na Constituição esse direito constitucional, esse direito conquistado com muita luta, com muita garra pelos trabalhadores, que estão sendo discriminados com outras categorias profissionais, quando um trabalhador urbano aos 35 anos de trabalho pode se aposentar, e o trabalhador tinha um limite de que ele teria que ter 65 anos de idade, e isso correspondia a 40, 50 anos de trabalho para poder ter o direito à aposentadoria. E como muitos dizem: "nós chegamos a esse direito quando já estamos com o pê na cova".

Com muita luta, a Constituição de 88 modificou, através do art. 202, reduzindo a idade do trabalhador rural para a aposentadoria. Infelizmente, 4 anos após ainda não se vê cumprido; e nós vimos hoje trabalhadores do Município de Contenda dizendo nesta reunião que mais de 1200 pedidos de aposentadoria deram entrada na representação local do INSS, do correio local, e que já há 6 meses está isso empacotado lá na agência sem ser encaminhado para nenhum órgão superior, sem nenhuma resposta e sem nenhuma decisão do Poder Público responsável, e eu diria do Ministro da Previdência Social e do Presidente do INSS.

E bom lembrar que também hoje se encontra lá em Brasília uma caravana de mais de 1200 mulheres agricultoras vindas de todos os cantos do País, aproveitando a oportunidade da comemoração do Dia Internacional da Mulher no último domingo, em que eu tive a oportunidade de participar em vários lugares no Sudoeste, onde concentrações de mulheres se realizaram para protestar contra o veto do Presidente da República que vetou o direito ao salário maternidade, ao auxílio maternidade da trabalhadora rural e também do não cumprimento da Constituição no direito da aposentadoria à mulher aos 55 anos de idade.

Portanto, eu quero dizer aos Senhores Deputados que nós temos um compromisso de dar apoio e de cobrar das autoridades competentes o cumprimento desses direitos dos trabalhadores, que através do Governo do Presidente Collor está sendo roubado. São milhões de brasileiros com 60 anos de idade e brasileiras com 55 anos que não conseguem conquistar, concretizar esse direito que está na Constituição há 4 anos por irresponsabilidade do Poder Público, do Presidente da República, do seu Ministro da Previdência e também do Presidente do

INSS que até então sequer autoriza as representações dos Municípios para que encaminhem para frente...

O SR. TOTI COLAÇO - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, eu solicito o horário da Liderança do PT e na sequência concedo o aparte ao Deputado Toti Colaço.

(É concedido)

Um agricultor denunciava hoje que no município em que ele mora quando foi lá levar um documento para complementar a documentação, e o representante do correio procurou num monte de bagulho lá no chão, no meio de 1200 processos jogados no chão em pacotes no correio, 1200 processos de pedido de aposentadoria sem nenhum encaminhamento daí para a frente, e isso num município do Estado do Paraná.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é uma vergonha, é uma safadeza que está se cometendo, uma injustiça que está se cometendo contra os trabalhadores rurais que, depois de 55 anos de trabalhos, de produzir, de fazer este País a 8.^a potência do mundo, se vê no seu mísero direito de ganhar um salário mínimo após 55, 60 anos de trabalho, se vê aviltado, se vê roubado esse direito que está na Constituição, garantido para ele. Concedo aparte ao Senhor Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Quero cumprimentar o ilustre parlamentar Ovídio Constantino, porque na verdade, esta denúncia que Vossa Excelência faz da tribuna, está acontecendo também na minha região. Eu até acrescentaria ainda, Deputado Ovídio, que a agência do INSS lá em Irati, nem sequer está protocolando até o pedido de aposentadoria dos trabalhadores rurais. A Lei nº 8.213 que regulamentou a aposentadoria da mulher rural aos 55 anos e do homem aos 60 anos, desde o final do ano passado, o que nos entristece é que não estão recebendo, muitas vezes até, a documentação necessária para que se dê o encaminhamento. Eu, hoje pela manhã, quero pedir desculpas a Vossa Excelência, recebi o convite, não pude comparecer, porque havia assumido um compromisso na Secretaria de Educação aqui do Estado do Paraná e não pude me fazer presente. Por isso, Vossa Excelência fez uma alusão no início do seu discurso, mas eu estou esclarecendo o porquê da minha não presença lá, porque gostaria de estar presente, porque na minha região, de Irati, principalmente, o quadro é o mesmo. O que Vossa Excelência está colocando em termos de Estado do Paraná, realmente se faz necessário um movimento aqui da nossa Bancada, da nossa Casa de Leis, desse Par-

lamento, para que os Deputados Federais possam cobrar aquilo que já foi aprovado.

Ainda pela manhã, mantive um contato com o Deputado Federal Rubens Bueno, levava a ele, denunciava a ele estes fatos que estão acontecendo aqui no Paraná. O não pagamento nem se fala, mas o pior ainda, a montoeira de documentação que se encontra nos Correios, e o pior, o não recebimento dos documentos necessários para dar encaminhamento aos trabalhadores rurais. Os meus cumprimentos a Vossa Excelência, por trazer nesta tarde um assunto de tão grande importância para o Estado do Paraná.

O SR. EURIDES MOURA - Nobre Deputado, me daria um aparte também?

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Concedo aparte ao Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Nobre Deputado, inicialmente eu gostaria de congratular-me com o nobre Deputado pelo enfoque do problema. Também no passado, entramos com um requerimento no mesmo sentido, pedindo providências ao assunto e infelizmente nada vem acontecendo e no que se refere também ao atendimento dos funcionários do INSS, no município de Rolândia não ocorre com satisfação nenhuma, porque atendem mal, e muitas vezes, não atendem de maneira nenhuma. Também no Município de Cianorte que peço permissão aos nobres Deputados, Dirceu e Bezerra, alguém me dizia que o atendimento naquele município não é bom. Por isso sou de parecer que devemos nos reunir, todos os Senhores Deputados e fazermos em conjunto, um trabalho para que providências nesse sentido aconteçam, porque é lamentável, sobretudo ao trabalhador, aquele que tem dificuldades para se dirigir ao funcionário do INSS, pleiteando a sua aposentadoria e muitas das vezes, até pedindo informações de como agir, são mal atendidos. Por isto, está de parabéns o nobre Deputado. Somo-me ao seu pensamento para trabalharmos em conjunto neste sentido.

Obrigado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Agradeço ao Deputado Eurides Moura e ao Deputado Toti Colaço pelo apoio e pela participação nesse nosso debate e pelos esclarecimentos trazidos, e quero dizer que às 4 horas da tarde estarei junto com os agricultores na Procuradoria Geral da República do Estado do Paraná, para levar a nossa solidariedade e a nossa preocupação, juntamente com eles ao Procurador Geral da República no Paraná, quanto à representação que estará dando entrada nesta tarde para que se faça cumprir a Constituição.

No mês de outubro do ano passado nós

participamos no Estado do Paraná de um grande movimento de agricultores que se chamou "SOS VIDAS", e nós aqui tivemos a oportunidade de nos pronunciar nesta Casa e que em uma audiência daquele Movimento o Superintendente do INSS do Paraná autorizou as representações dos correios locais do INSS a dar o recebimento do processo do pedido de aposentadoria dos agricultores e das agricultoras. Só que nada a mais além do que autorizar a recepção do processo lá na agência. Daí para a frente nada mais se fez e estão acumulando 500, 1000, 2000 processos em cada agência do correio, em cada município, sem que daí para a frente se tome alguma medida necessária para que se tramite o processo e que chegue até o INSS e saia o pagamento dos aposentados.

Não bastasse esse desrespeito à Constituição pelo Presidente da República e pelo INSS e Ministro da Previdência Social, nós temos ainda no Paraná 27 mil casos de aposentadorias canceladas por uma irresponsabilidade administrativa do INSS com o País inteiro - e no País são mais de 300 mil, - que os agricultores quando em dezembro a Previdência mandou-lhes um carzinho complementar com dois, três mil cruzeiros de complementação e muitos agricultores nem sabiam que havia vindo pelo correio, pelos bancos este complemento e nem procuraram para receber aquele direito. Isto já foi denunciado aqui e pela imprensa. O Presidente do INSS por um ato administrativo...

(E-lhe tirado o som)

Para concluir, Senhor Presidente.

O Presidente do INSS por um ato administrativo cancelou mais de 300 mil aposentadorias de trabalhadores que recebem um mísero salário mínimo no País, sendo, no Paraná, 27 mil trabalhadores rurais com esta aposentadoria há três ou quatro meses cancelada. E isto já foi dito aqui ontem pela Deputada Emília Belinati quando se pronunciava neste Plenário.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não bastassem os 147% dos aposentados urbanos, não bastasse o descumprimento da Constituição e esse, ainda, cancelamento daqueles que já tinham o direito garantido e que já vinham recebendo há oito ou dez anos a sua aposentadoria. Portanto, o INSS de nosso País hoje está necessitando que se tenha pulso para resolver os problemas. E eu solicito de todos os Senhores Deputados, das Bancadas do PTB, PFL, PRN, dos Partidos que dão sustentação ao Presidente da República, que dão sustentação a este Governo que está lá em Brasília para que unam seus poderes e façam, e tenham piedade, porque é uma vergonha pedir piedade a quem tem direito adquirido na Constituição, o direito à vida que está sendo negado. Estão fazendo com

que os nossos velhinhos aposentados rurais passem fome depois de 65 anos de trabalhos neste País e produzir alimentos para o povo brasileiro.

Era isto!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Deputado Mário Bezerra.

O SR. MARIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu tenho um Requerimento para ser apreciado pelo Plenário de remessa deste discurso que ora faço. Este Requerimento solicita a remessa de discurso ao Governador em exercício, Mário Pereira.

(Lê conforme xerox anexa).

"DISCURSO DO DEPUTADO (PTB), SOBRE O GOVERNADOR DE PLANTÃO NO PALÁCIO IGUAÇU. DEPUTADO MARIO BEZERRA.

Curitiba, 10/03/92.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados:

Desejo chamar a atenção de Vossas Excelências para alguns fatos que estão a exigir informações detalhadas a esta Assembleia Legislativa para o bom desempenho de sua função fiscalizatória. É que na ausência do Governador titular, desfrutando do ócio lá pelo Extremo Oriente, em viagem que ainda não se sabe quanto custará aos sofridos bolsos dos contribuintes paranaenses, trouxe à mostra alguns aspectos novos no panorama do Estado.

Na realidade, o Paraná é mesmo governado por uma confraria - a confraria da Família Requião, que não foi eleita para isso, mas soube apressar-se do poder em desrespeito ao povo paranaense.

Aliás, essa confraria acabou deixando o Vice-Governador Mário Pereira em situação delicada como Governador de plantão no Palácio Iguaçu, desempenhando um papel semelhante a bonifrate, o que, convenhamos, não fica bem a Sua Excelência.

Em uma de suas saborosas "Cartas Chinesas", na Edição do dia 28 de fevereiro, no vibrante "Jornal do Estado/Folha do Paraná", o brilhante Jornalista Roberto Barrozo Filho diz a Requião Governador, que, na Boca Maldita, fonte inesgotável de maldades, comenta-se o poder que o Governador deixou em mãos de seus irmãos, que ficaram com mais autoridade do que o substituto legal. "São eles que decidem, mandam e sustentam. Seria uma espécie de confraria exercendo o Poder em cima do Vice, Mário Pereira, como estavam exercendo sobre o próprio Governador".

Seria interessante, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, que o Vice Mário Pereira, na plenitude do exercício de suas funções constitucionais, afastasse essa influência da confraria dos Requião

no Governo do Paraná, e ele, - que tem sido um pressuroso defensor da transparência na administração estadual, viesse a público explicar o que Requião até hoje não explicou, como os escândalos de superfaturamento ocorridos no Departamento de Marketing do BANESTADO, tanto no que se refere a serviços como na veiculação de publicidade, e a identificação de seus assessores diretos ligados a empresas que se beneficiaram com esses superfaturamentos, e que foram motivo para uma auditoria determinada pelo Governador e até hoje não explicada ao povo paranaense. Ou então, ainda no âmbito do Banco do Estado do Paraná, explicasse o desvio de recursos do Tesouro Estadual para cobrir os rombos das empreiteiras no BANESTADO. Explicasse sobre os quatro e meio bilhões de cruzeiros arrancados dos contribuintes para cobrir o "furo" das empreiteiras no BANESTADO, via Orçamento Estadual.

O Senhor Mário Pereira, Governador de plantão no Palácio Iguaçu, deveria explicar, porque Requião até hoje não explicou, talvez porque esteja na área de atribuições da Secretaria dos Transportes, cuja chefia é acumulada pelo Vice-Governador, a fileira de irregularidades, que justificam uma investigação aprofundada da Assembleia Legislativa, com relação a Ferroeste, a começar pelo traçado original em Guarapuava, que foi alterado de forma a espantar os técnicos porque de uma linha reta se fez um complexo de meandros infletindo sobre áreas insalubres e úmidas - conforme denúncia do jornalista Luiz Geraldo Mazza, no jornal "Folha de Londrina" - o que faz necessários serviços de drenagem e reforço de infra-estrutura, encarecendo sobremaneira a construção de ferrovia, proporcionando vantagens às empreiteiras.

Além disso, o Vice-Governador talvez pudesse explicar a rapidez com que se fez a desapropriação das áreas alagadiças na região de Guarapuava, e a maior rapidez também usada para pagar as indenizações. Revelar os nomes dos proprietários dessas áreas e quanto receberam da FERROESTE.

Cabe recordar que desta tribuna, representantes do PT, principalmente o Deputado Ernani Pudell, denunciaram que a Secretaria dirigida pelo Sr. Mário Pereira idealizou os empréstimos às empreiteiras da Ferroeste no Banestado a juros subsidiados de 3% ao ano, 5 anos de carência mais 20 anos para amortização e ainda entregou às empreiteiras as terras à margem da futura ferrovia.

E para concluir é bom lembrar que as empreiteiras que venceram a concorrência para a construção da Ferroeste foram as mesmas contratadas inicialmente pelo Estado do Paraná, sem licitação, numa concorrência dirigida.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Enquanto Requião prossegue em seu périplo pela China, Japão e Estados Unidos, em companhia de uma numerosa comitiva, que o Governo não informou de quantas pessoas é composta, esperamos que a opinião paranaense seja informada sobre essas questões que são muito mais importantes do que passeio turístico do Governador, pois afinal são os paranaenses que estão pagando a fabulosa soma de 756 mil dólares por quilômetro a Ferroeste, numa licitação dirigida que beneficiou meia dúzia de ricas empreiteiras, enquanto o Governador diz que não tem dinheiro para pagar melhores salários aos professores e ao funcionalismo em geral, que, em apenas nove meses, enfrenta uma defasagem salarial de 203%.

Não há dúvidas: Requião está decepcionando os paranaenses muito antes do que se esperava.

Muito obrigado."

Eu solicito através de requerimento, o envio desse meu discurso ao Governador em exercício, vice-Governador constituído, para que ele tome ciência das críticas desta Casa.

Concedo aparte ao nobre Deputado Ernani Pudell.

O Sr. Ernani Pudell - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e quero me somar ao seu pronunciamento.

Efetivamente nós verificamos no Paraná, que ao invés de um Governo transparente, temos na verdade um Governo de três parentes. E preciso acrescentar à sua lista as irregularidades cometidas com relação ao aumento das passagens de ônibus intermunicipais e também até hoje não esclarecidas várias irregularidades do Porto de Paranaguá, todos eles integrantes da pasta dos Transportes deste Estado.

Acredito que seria prudente ao Estado do Paraná preservar a figura do vice-Governador e prudente ao titular retirar do cargo esse cidadão, para que o seu nome, a imagem política do vice-governador que poderá em várias situações substituir o mais alto mandatário desse Estado, que ele fosse preservado e para isso seria fundamental que fossem primeiramente esclarecidas todas as denúncias que estão sendo colocadas no âmbito da Secretaria dos Transportes, até para preservar a figura constitucional do vice-Governador do Estado do Paraná.

A sociedade exige, mas infelizmente até o momento não tivemos resposta. Aliás, nós fizemos um requerimento, pedindo informações sobre a viagem do nosso vice-Governador a Nova Iorque, segundo ele, foi tratar de alguns empréstimos, que não vimos resultado concreto nenhum, não sabemos quem pagou esta viagem, quanto custou ao

Estado do Paraná, enfim, são muitas e muitas as informações que o Governo do Estado deve à sociedade paranaense, especialmente no âmbito da Secretaria dos Transportes.

Muito obrigado.

O SR. MARIO BEZERRA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como integrante do Bloco Parlamentar da Região Metropolitana, venho a esta tribuna para lamentar profundamente a situação que vivem hoje os municípios que margeiam a Capital do Estado do Paraná.

Em menos de um mês tivemos duas greves do transporte coletivo da região metropolitana. E, na greve anterior, numa reivindicação dos motoristas e cobradores de Curitiba, o DSTC, do Governo do Estado e os empresários acordaram e ficou então acertado que os seus vencimentos seriam iguallados. Porém, quando os motoristas e cobradores receberam na semana passada os seus contra-cheques, constataram que não era verdade, alguém falhou, alguém não foi honesto e lamentavelmente ocorreu uma decisão então na última quinta-feira de uma greve. Uma decisão que anunciava a greve a partir da zero hora da segunda-feira, isto na quinta-feira. Haveria tempo suficiente para o DSTC, juntamente com os empresários, tentarem um acordo com os motoristas e cobradores, mas me parece que isso não aconteceu ou se aconteceu houve falta de habilidade por parte da direção do DSTC, e o resultado está aí, mais de vinte e quatro horas temos uma greve da Região Metropolitana, trazendo enormes prejuízos aos trabalhadores, às empresas da capital do Estado do Paraná.

São nada mais nada menos que trezentas mil pessoas que diariamente se utilizam de cento e cinquenta linhas de transporte coletivo da Região Metropolitana, que se utilizam de aproximadamente 600 ônibus que chegam a Curitiba, no terminal do Guadalupe, na Praça Rui Barbosa e em outros pontos da cidade. São quase 400 mil pessoas que vêm a Curitiba para trabalhar, para estudar, que, infelizmente, não estão podendo fazer isso, ou se fazem, pagam uma lotação em kombi de 1.500 cruzeiros cada passagem.

Este é o retrato da incompetência lamentavelmente que se estabeleceu no DSTC, onde o seu diretor, e não vou aqui criticá-lo por questões políticas, mas muito mais preocupado na sua campanha a Prefeito de Curitiba do que propriamente preocupado em estabelecer regras e resolver problemas

naquela Secretaria. Lamentamos profundamente, e em nome do Bloco Parlamentar Metropolitano desta Casa, ocupamos então a tribuna para lamentar, para exigir uma tomada imediata de providências, não se pode conceber que a região metropolitana fique nesse estado de greve há mais de vinte e quatro horas, com a possibilidade de atingirmos as quarenta e oito horas sem transporte coletivo na região metropolitana.

Venho à tribuna ainda também para fazer outra cobrança desta Casa, mediante uma lista de vários Parlamentares, especialmente da nossa pessoa, que mora na região, com relação à Prisão Provisória de Curitiba, que fica no Bairro do Ahú, uma velha luta, uma velha reivindicação para que ela saia daquele local.

Pois bem, esta Assembléia aprovou projeto de venda daquele imóvel, só que até agora ninguém sabe em que situação está.

Por esta razão, dou entrada na Mesa hoje de um pedido de informações querendo saber qual é a situação atual do processo de alienação autorizada do imóvel que abriga a Penitenciária Provisória de Curitiba, no Bairro do Ahú, em Curitiba.

Qual o andamento dos projetos para construção de unidades penais agrícolas, que no tempo já do ex-Governador Alvaro Dias se comentava aqui nesta Casa que ele ia construir penitenciárias agrícolas, passou o período do ex-Governador Alvaro Dias, entramos no outro Governo e não temos ainda uma solução, com as penitenciárias superlotadas, com delegacias virando penitenciárias, com fugas diárias e com situações realmente difíceis para a população, relação atualizada de internos nas unidades penais do Estado, com discriminação para tipo de delito, início e término da pena, bem como benefícios a eles concedidos? Número total de detentos, acompanhando relação das evasões ocorridas desde 1985? Quais os programas de reeducação do homem encarcerado, que vem sendo desenvolvido nas unidades prisionais, quantos estão trabalhando e que tipo estão tendo alguma ocupação? Também pretendo saber, não apenas eu, mas a sociedade quer saber, qual o orçamento para programas de reeducação do homem encarcerado no Paraná nos últimos cinco anos e qual o orçamento geral para manutenção do sistema penitenciário, com especificação por unidades? Qual a arrecadação do fundo penitenciário, que já teve um levantamento aqui pelo Tribunal de Contas e apresentou inúmeras irregularidades? Qual é a arrecadação do fundo penitenciário e respectiva aplicação dos últimos cinco anos? Qual o custo diário de um interno no sistema penitenciário paranaense, vamos saber quanto custa esse homem que não trabalha, que fica numa ocio-

sidade vinte e quatro horas por dia. Qual a capacidade máxima de internos das unidades prisionais do Paraná, quantos presos condenados e aguardando julgamento se acham em cadeias públicas, em penitenciárias, em delegacias de polícia? Quantos e quais condenados foram transferidos para outros Estados da União, com especificação para origem, destino, data de transferência, tipo de delito, tempo de pena? Este item 11 que eu estou pedindo informações prende-se a um fato curioso, dia destes a polícia estava a procura de um famigerado marginal, autor de inúmeros delitos, líder da Penitenciária Central do Estado, e ele, sabia-se, havia sido transferido para uma penitenciária de outro Estado vizinho ao Paraná, pois bem, buscou-se nesse Estado vizinho, onde estaria este preso, pois até agora ninguém sabe informar, não consta sequer em nenhum protocolo mais, nem da Penitenciária Central do Estado, muito menos em penitenciária de Estado vizinho. Então, imagina-se que deram um sumisso ou sumiu esse preso, acabar até com o seu protocolo. Ele foi líder em várias fugas, em várias rebeliões na Penitenciária Central do Estado. Onde é que anda este preso?

Esta é uma situação caótica que se encontra o sistema prisional no Estado do Paraná. Por isso este Pedido de Informações para que, evidentemente, o Governo do Estado, dê uma explicação. Já está alienado por esta Assembléia a Prisão Provisória de Curitiba e cravada no centro da cidade, num dos bairros mais populosos da Capital do Estado do Paraná. E até agora não se sabe em que pé está esta situação. Onde é que estão as 3 penitenciárias agrícolas que seriam construídas no interior do Paraná? Onde é que estão os Projetos de construção dessas penitenciárias? Até agora, ao que se sabe, ninguém comenta mais nada, absolutamente nada. E com isso estamos vendo aí: a polícia já não fazendo nem muita força para prender condenado porque não tem onde colocar nas delegacias e as penitenciárias já avisando as delegacias, os delegados para que não encaminhem presos, por que não tem onde colocar.

Então, vejam os Senhores, como é que está a situação do sistema penitenciário no Estado do Paraná. Mormente com relação à Prisão Provisória de Curitiba, aqui no Bairro do Ahú, alienada essa prisão para venda, através do Governo do Estado, comentando-se muito até, na colocação ali de um grande shopping, mas até agora de oficial, lamentavelmente nada aconteceu.

Ao mesmo tempo venho aqui também para cumprimentar a defensoria pública do Estado do Paraná, pelo trabalho que vem fazendo, que apenas durante um ano - o ano passado, 14 advogados e 5 estagiários da área

criminal da Defensoria Pública, realizaram 68 júris, 1815 audiências das varas criminais, 660 audiências das Varas de Trânsito, 161 júris das auditorias militares, 221 audiências da Vara de Menor Infrator, 23 divisões criminais e na Área Civil os 28 advogados e 10 estagiários atuaram durante 91 em 2526 processos, num total de 650 casos ajuizados, 124 encaminhados, 526 em andamento. Além disso há 386 processos trabalhando extrajudicialmente. Ao mesmo tempo que o cumprimento faço em nome da Defensoria Pública, coro, a pedido dos Defensores Públicos no sentido de que seja dada melhores condições de trabalho à Defensoria Pública, com local físico e também com a Seção de Veículos, para que os estagiários, para que os próprios advogados possam se locomover, para suas audiências, no atendimento às pessoas carentes da cidade, do Estado que necessitam da Justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada. O Deputado Ovídio Constantino trouxe a esta Tribuna a preocupação da sua Bancada que é a preocupação de todos nós e a solidariedade que temos todos nós com um segmento da sociedade brasileira, operoso, produtor, que dedica uma vida inteira para aposentar-se ao longo dos 65 anos de idade. E quando essa conquista, que, embora sendo agora, de um salário mínimo sendo pouco, mas que, para ele e grande número até de trabalhadores rurais deixam de ir para os asilos, esse benefício, essa aposentadoria, de repente, ela é cortada, subtraída sem qualquer explicação, sem qualquer informação como sempre é tratado o trabalhador rural brasileiro.

Portanto, Deputado Constantino, como todos nós sabemos que esses noventa mil cruzeiros por mês é o recurso que deve ser necessário e bastante para pagar aluguel, água, luz, remédios, embora tão pouco, ele não pode ser subtraído, tirado do trabalhador rural nos últimos dias de sua vida. O Ministro Reinhold Stephanes deverá estar em Curitiba na quinta-feira próxima e, tenho certeza, que vários Parlamentares desta Casa terão oportunidade de tratar, além de outros assuntos do interesse do Brasil e do Paraná, especificamente do atendimento ao trabalhador rural que não recebe o seu parco recurso.

Mas, Senhor Presidente, venho à Tribuna para falar, talvez em última oportunidade, sobre um processo que venho me manifestando ao longo desses dois últimos

anos, que é o meu posicionamento contrário à criação desordenada, me permitam, de dezenas de municípios do Paraná. E nós votamos aqui a Lei Complementar n. 56 que regulamenta a criação de novos municípios. Antes da Lei Complementar 56 desta Casa, disciplinava a matéria Lei 01/67, Lei Federal. Ao longo desses dois anos esta Casa votou dezenas de municípios, transformou distritos em municípios. A Lei Federal a que me referi, até o advento da Constituição de 88 estabelecia - estabelecia a nossa de 89 - determinava que dentre outras exigências a população mínima deveria ser de dez mil habitantes. E a Lei Complementar 56 de fevereiro de 91 desta Casa reduziu esse número para cinco mil.

Mais ainda, eu pessoalmente, respeitando a iniciativa dos Senhores Deputados nossos colegas, autores de projetos desta natureza, porque, evidentemente, os Deputados que assim agiram e estão no propósito de criarem novos municípios estão no cumprimento do seu dever, do seu mandato e atendendo os reclamos dos seus eleitores, dos seus munícipes. O que eu não quero deixar de fazer o registro é, embora respeitando esse livre exercício de cada um de nós, colocar aqui, mais uma vez, a minha posição contrária, porque ontem já votamos criação de municípios, hoje já temos aqui mais três ou quatro municípios colocados à apreciação na Ordem do Dia.

Pois bem, na Lei Complementar n. 56, aliás, todas as leis que disciplinaram a matéria ou o assunto diziam em determinado que no ano eleitoral não se podia criar municípios é evidente, porque ano eleitoral, justiça eleitoral é muito serviço, transferências, mas o Deputado, vários Deputados, mas tendo como primeiro signatário, o Deputado Albino Corazza, apresentou o Projeto de Lei de n. 533/91 alterando a Lei Complementar. Esta Casa aprovou projeto que me refiro e o Sr. Governador do Estado vetou. O veto vindo a esta Casa argumentando o Sr. Governador a sua inconstitucionalidade, porque o Deputado Corazza apresentou o seu projeto tendo em vista a Lei Federal n. 8.214 que dispõe sobre as eleições municipais e da mesma forma que o Senhor Governador é do entendimento também deste Deputado que não tem nenhum amparo legal constitucional o projeto do Deputado, vetado pelo Senhor Governador, porque me refiro que a Lei n. 8.214 dispõe sobre o pleito eleitoral, e não há nada sobre criação de município.

O Senhor Governador na justificativa do seu veto, argumenta que depois de outras considerações diz que a prorrogação, porque o projeto como sabemos todos, prorrogou o prazo de 31.12 para maio, então até maio esta Casa poderá criar novos municípios. Quantos? Quais? Não sabemos. Se

nós já criamos dezenas de municípios até dezembro porque agora ampliarmos este prazo, permitindo que se possa criar tantos outros e sem dúvida alguma não atendendo nem a exigência mínima da Lei Complementar n. 56 que dispõe sobre a sua população.

Esta Casa tem votado criação de municípios com população inferior a 5 mil habitantes e é do conhecimento de nós todos. E o Senhor Governador argumenta que a prorrogação do aludido prazo transgrediria um dos fundamentos do Estado de Direito, qual seja a segurança e certeza jurídica consubstanciada no princípio da irretroeficácia das leis, afrontando dessa forma os preceitos do artigo 15 inciso 36 da Constituição Federal.

Convém ressaltar, ainda, que a pretendida ampliação do prazo estatuído no art. 7º da Lei Complementar n. 56/91, tem contra si a agravante de o mesmo se haver expirado no dia 31 de dezembro do ano findo, não havendo portanto, como prorrogá-lo, uma vez que sua vigência encerrou-se na data acima citada.

Outro aspecto que merece consideração é atinente ao interesse público. O Projeto contraria tal interesse pelo fato de que o art. 1º, § 1º da Lei 8.214, de 24.07.91, reguladora das eleições municipais de 3 de outubro, inclui nesse pleito os municípios criados até o dia 1º de maio próximo. Esta decisão de caráter exclusivamente eleitoral, não interfere na autonomia legislativa do Estado-federado, especificamente nas disposições do § 4º do art. 18 da Carta Magna, que se refere ao estabelecimento de normas gerais para criação de municípios e suas alterações territoriais.

E aí continua o Senhor Governador nas justificativas que ele aduz ao veto que remeteu a esta Casa e esta Casa por sua maioria soberana rejeitou o veto.

Mas eu não podia deixar Senhor Presidente, de vir a esta tribuna mais uma vez para dizer que além de não só de reiterar a minha manifestação, porque o meu voto é vencido, nós fomos poucos os que votamos certamente na manutenção do veto do Senhor Governador, mas para dizer que é necessário, já que tem um projeto que tramita nesta Casa, que trata deste assunto, do ilustre Deputado Nelson Justus, Líder do PRN e que certamente, sem dúvida alguma, esse assunto deve merecer a melhor atenção dos Senhores Parlamentares, porque não podemos mais criar municípios da forma como estamos, já que há um entendimento das Lideranças das Bancadas de tratar do assunto de maneira uníssona, como vem se tratando, por que as Lideranças das Bancadas não se reuniram para discutir o projeto do Deputado Nelson Justus ou apresentar um Substitutivo Geral. Mas eu queria, Senhor Presidente, antes de encerrar, para dizer

da minha preocupação, eu gostaria, antes disto, se eu tivesse números oficiais, para dizer o número de municípios que foram criados e outros que estão tramitando nesta Casa, mas como os números não são oficiais, deixo de fazê-lo já que supera a casa de cinquenta. Mas queria, permito-me Senhores Deputados, para dizer e deixar registrado nesta Casa o conteúdo do Fax que encaminhou ao Senhor Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, o Ministro Pedro Aciolly, Relator do Tribunal Superior Eleitoral, um recurso de interesse do município, no Estado, do Município deste Estado, junto aquele egrégio Tribunal. Então diz encaminhando ao Deputado Anibal, Presidente, dando-lhe ciência do seu voto, diz seu parecer, diz o ilustre Ministro que examinando o pedido de reconsideração de folhas que revoga a liminar para autorizar a realização do plebiscito, tendo em vista as informações prestadas pelo egrégio Tribunal Regional Eleitoral e pela colenda Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que comprovam os requisitos exigidos por lei para criação de município e conseqüente realização da consulta plebiscitária. Mas por outro lado, cabe-me realçar a falta de patriotismo dos que defendem o desmembramento do distrito de Malu, no município de Terra Boa para efeito de criação de um novo município com apenas 775 eleitores, circunstância que ensejou inicialmente o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná indeferir a realização do plebiscito para posteriormente, devido à inscrição de alguns eleitores que completaram os 20% dos cinco mil habitantes em Malu, ou seja, os mil eleitores exigidos pela lei Complementar n.º 56 de 18 de fevereiro de 91. Diga-se, de passagem, a bem da verdade, que a criação desse município é contrária ao interesse público porque implica em despesas para a União Federal, com o repasse da cota de participação, sem se falar nos elevados gastos provenientes com a eleição de Prefeito, Vereadores, nomeação de funcionários, instalação de município, etc. E conclui, que Deus tenha piedade deste País. Assina o Ministro Pedro Aciolly, Relator do Tribunal Superior Eleitoral. Com isto, Senhores Deputados, quero dizer da atenção que deve merecer de todos nós, a cada um de nós, para que possamos examinar essa legislação para não permitir que dessa forma continuemos a criar municípios que, sem dúvida alguma, não terão nenhuma condição de se manter e de se sustentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças:
PRN - (DECLINA)
INDEPENDENTE - (DECLINA)

PMDB - (DECLINA)

PSDB - (DECLINA)

PL - (DECLINA)

PTB - (DECLINA)

PDT. Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. OSVALDO TREVISAN - Senhor Presidente, eu queria falar no Horário do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agora V.Exã. vai ter que aguardar. Como é que fala em latim.

O SR. RAFAEL GRECA - "alea jacta est".

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Paraná vê hoje na capa do jornal "O Estado do Paraná" a fotografia do nosso Governador condecorado por uma das universidades japonesas. O modelo dos trajes tradicionais daquela universidade japonesa, inclusive o chapêu de mestre com o seu pompom de cetim encantou alguns Deputados da Bancada do PMDB, que vieram à tribuna desta Casa falar da excelência da viagem do Governador que num verdadeiro "orient express", ou seja, um trem que percorre o Oriente, vai ao País do chá, da seda, dos samurais e dos imperadores.

Na verdade, o Paraná está um pouco perplexo com essa visita porque o Deputado que me precedeu, louvando o "orient express", agora reportado pela fotografia arguta e sensível do Prefeito Leopoldino Abreu (eu não sabia que o Prefeito de Antonina tivesse esse talento de fotógrafo social), percebe-se que o "orient express" perde-se um pouco quando entre um dos membros da comitiva contam-se dois destacados membros do Corpo de Segurança Pública do Estado.

Eu gostaria o que o Senhor Chefe da Polícia Civil, Dr. José Maria de Paula Correia está servindo ao Paraná no Japão ou na Muralha da China. Terá ido o Delegado José Maria de Paula Correia proteger o Governador do Paraná de algum golpe de caratê desleal dos samurais, dos schoguns japoneses. Schoguns e samurais são coisas do século XVI, XVII, não são mais de hoje em dia.

Enquanto isso, vai a cidade insegura, vem a Vereadora Rosa Maria Chiamulera de ter sido sequestrada e mantida em cativeiro dentro da Capital do Paraná; roubam-se e montam-se carros com a maior desfaçatez neste Cidade, ao tempo de uma hora os carros imediatamente desaparecem, e o próprio Senhor meu pai teve o seu carro roubado e nunca mais se localizou; e a cidade vive o pesadelo da insegurança, a ponto de a última pesquisa do IBOPE ter mostrado que o mais grave problema da Capital na mentalização dos seus habitantes é a insegurança

pública.

Eu não me incomodo com a viagem do Senhor Governador Roberto Requião ao País dos nossos antípodas, mas gostaria efetivamente de ver a enunciação dos resultados concretos para o povo do Paraná. Trará ele efetivas tecnologias que transformem este Estado, de Estado produtor de casulos de bicho-da-seda, em Estado produtor de seda de qualidade, seda como dessa gravata, por exemplo, que tem valor agregado, porque o bicho-da-seda não vale nada no Primeiro Mundo, não vale nada como mercado, não vale nada nós mandarmos como matéria prima? Trará ele tecnologias avançadas, termos de cooperação concretos? Conseguirá ele implantar, ele um programa, acho que "panela cheia" no Japão não precisa, talvez na China, a "cortina de ferro" vai se desmanchando aos poucos, implantar um programa? Por exemplo, quando o Prefeito Jaime Lerner viaja, vai a Nova Iorque, volta com a novidade de uma linha de Ligeirinho que vai servir a Cidade de Nova Iorque, nos enche de orgulho. Não bastam as honrarias, não me impressiono com o pom-pom de seda do chapêu que pende da cabeça do Senhor Governador, acho que o Senhor Leopoldino Abreu foi extremamente deselegante com Dona Maristela que pessoalmente é muito mais atraente e elegante do que como vai estampada na fotografia hoje no jornal, talvez coberta por aquele manto cinza do Cerimonial da Universidade Japonesa, e acho sobremaneira, que o Paraná tem que se levantar. O "Expresso Oriente" precisa voltar, como os navio da China, dos jesuítas, carregados de especiarias, carregados de novidades, capazes de transformar o mundo. Os jesuítas quando iam para o Japão ou para a China, traziam as especiarias, as riquezas que fizeram a glória da Roma Papal. Erguiam igrejas como a de Jesus, erguiam obras civilizadoras, como o Colégio Pio Gregoriano, que é uma Universidade de sapiência, considerada hoje uma escola tão eloqüente de inteligência, que é chamada de Escola da Sabedoria, a Sapiência de Roma.

Então, esse "Expresso Oriente" tem que vir carregado, sob pena de todos os paranaenses, condenarmos os seus ocupantes, a torturas piores, usando uma expressão cara ao Delegado José Maria de Paula Correia, do que os mais sórdidos bordéis da Turquia.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PMDB com a palavra.
(DECLINA).

PFL.

Com a palavra, o Senhor Deputado Antonio Costenaro.

O SR. ANTONIO COSTENARO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Parlamentares. Nesse momento, eu pretendo registrar aqui nesta Casa, um fato ocorrido em meu gabinete. Enquanto vivemos na preocupação do dia a dia em dar segurança à população, em procurar proteger a população, na calada, infelizmente, um servidor desta Casa, invadiu o meu gabinete e roubando um talão de cheque, começou então a distribuir cheques na cidade. Por controle, nós detectamos com facilidade os cheques emitidos e buscamos imediatamente a assessoria de Segurança desta Casa, para que pudesse resolver o problema que estava incomodando-nos. Recebemos o apoio da equipe imediatamente, fazendo buscas na cidade e como se trata de um roubo ocorrido num gabinete, houve uma dificuldade muito grande, porque é comum, na conversa do dia a dia, o comentário que: "Ah! deve ser alguém do próprio gabinete", colocando em xeque todos aqueles que servem o gabinete, mas como nós temos a tranquilidade, a certeza, conhecemos cada um daqueles que nos servem, nos deu condição de buscar informações na nossa equipe de trabalho e com a equipe de segurança dessa Casa, e com a eficiência, em poucos dias foi possível localizar o ladrão que incomodava-nos. Faço isso para agradecer a eficiência, a ordem de trabalho, Senhor Presidente, daqueles que servem a segurança desta Casa. Dou os meus parabéns pelo trabalho, fazendo assim com que resolvêssemos bem rápido uma questão que realmente pode causar a qualquer um de nós, um prejuízo muito grande, mas faço um alerta aos parlamentares, porque na verdade, há uma circulação de pessoas de todos os lados, na verdade, nos coloca em xeque, a tomar um cuidado cada vez maior.

Infelizmente aconteceu e não causou nenhum grande prejuízo, porque tivemos a solução rápida, hábil pelos servidores da Segurança desta Casa. Parabenizo o trabalho deles e agradeço a atenção que me deram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Queremos registrar na data de hoje o Programa que foi levado ao ar do partido Social Trabalhista.

Entendemos que enaltecer o Estado do Paraná pela Liderança do ex-Governador Alvaro Dias é importante.

O Paraná se fez conhecer no Brasil inteiro em um programa político que não se utilizou da demagogia para levar aos lares brasileiros.

O Brasil viveu momentos que significam a honestidade de um homem público.

Alvaro Dias, indiscutivelmente, não é só uma liderança no Paraná. Passa a ser uma liderança no Brasil, reconhecido pela sua honestidade como homem público, pela sua austeridade. E é isso que precisamos hoje no Brasil.

Se fizermos um comparativo das campanhas para Presidente da República, das promessas que foram feitas pelo atual Presidente da República, Fernando Collor de Mello, veremos que a decepção está em todo o Brasil, da população, do povo que aguardava com ansiedade uma mudança, uma esperança para o Brasil inteiro, que era e que é o desejo de todos nós.

Mas, infelizmente, tudo aquilo que pregou durante as eleições, não corresponde com a realidade que estamos vivendo. Um Governo repleto de corrupção, levando a cada dia mais a imagem do nosso País aos outros países do mundo como a pior que se possa ter.

Nós lamentamos profundamente.

O Brasil vive a carência das Lideranças políticas e ainda resta uma grande esperança e que está no surgimento deste Partido que hoje cresce em todos os Estados da Federação, que é o Partido Social Trabalhista.

Eu me orgulho nesse instante e durante longo tempo que militamos como homem público só transferei a minha sigla partidária durante vinte e tantos anos uma só vez, deixando o PMDB quando pertenci também às fileiras do extinto MDB, passamos ao PMDB o qual deixamos para esta sigla que demonstra seriedade e é o que esperamos sem dúvida nenhuma do ex-Governador Alvaro Dias, a esperança do Brasil e a segurança da administração que deixou aqui no Estado do Paraná.

Eu parabenizo todos os Deputados integrantes da Bancada do Partido Social Trabalhista e também é extensivo a todos os Deputados desta Casa, ao Presidente, à Mesa Executiva, porque não deixaram, evidentemente, de levar o Paraná ao cenário brasileiro como prova de que o Paraná também tem pessoas competentes para buscar o espaço que este Estado tanto deseja e que ao longo do tempo continua esquecido.

O Sr. Nilton Barbosa - Nobre Deputado Dirceu Manfrinato, Vossa Excelência está de parabéns pela lembrança de deixar registrado nos Anais da Casa o Programa que veio ao ar ontem às 20h30 minutos do partido ao qual também provavelmente faremos parte.

Na verdade sentimos que dentre os Programas que vêm ao ar e que com certeza outros virão, uma diferença muito grande.

O programa do PST, Partido Social Tra-

balhista, traz alguns comparativos que o povo brasileiro desconhece. Foi um programa que sanou algumas dúvidas com relação, até, ao custo de obras realizadas no Paraná e em outros Estados do Brasil, principalmente em Alagoas.

Recentemente, houve o programa do PSC, que mais parece ter sido um programa de turismo. Estava mostrando Alagoas, do que qualquer programa político. E hoje, para tristeza, para tristeza da classe política, sentimos o desgaste de Partidos que usam a gratuidade conseguida pelo Tribunal Superior Eleitoral, digo, concedida pelo Tribunal Superior Eleitoral, e que está nos jornais de hoje, estampado o Prefeito de Londrina, Antônio Belinati, denunciando o Presidente do PSC.

Um, interpellando para saber das provas, o outro entra mostrando a documentação que tem.

Então, na verdade, isso denigre os partidos políticos, quando você vê um PSC oferecendo o seu horário a troco de milhões, segundo as denúncias feitas pelos jornais.

Então na verdade, o PST, Partido Social Trabalhista, Partido do qual honrosamente fazemos parte, levou ao ar um programa diferente.

Levou ao ar, mostrando ao povo brasileiro a condição que tem de se continuar sendo sério na política brasileira. E mostrar comparativos de preços das usinas. A nossa de Salto Segredo, com as usinas do Nordeste. Mostra os preços da Ferroeste com os da Ferronorte. E assim por diante.

Por isso, eu acho que foi muito bem lembrado Vossa Excelência ter trazido aqui para registrar nos Anais da Casa, a Vossa e a nossa satisfação como integrantes da Bancada do PST.

Parabéns!

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado ao aparte de Vossa Excelência. E ao encerrar, gostaríamos de deixar registrado que durante já o 3º mandato que honrosamente a população do Paraná nos conferiu, registro nos Anais de que no momento em que a Nação Brasileira precisa de uma liderança como o ex-Governador Alvaro Dias, não houve omissão, que só o tempo será responsável ao dizer ao povo do Paraná e ao Brasil inteiro que o Brasil precisa de uma pessoa, um homem como o ex-Governador Alvaro Dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente, solicitando a manifestação deste Poder da inclusão, no "currículo" escolar de 1º grau, da matéria de Educação Ambiental.- A Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Educação e Cultura.

Em conformidade com o disposto no artigo 206 do Regimento Interno, declaro constituída a Comissão Especial, composta pelos Senhores Deputados: Erondy Silvério, Colombino Grassano, Hermas Brandão, Nilton Barbosa e Toti Colaço para que no prazo de três dias opinem sobre a Mensagem nº 10/92 do Poder Executivo, indicando o nome do Dr. Luiz Carlos Delazarri para ocupar o cargo de Procurador Geral da Justiça.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Dobrandino da Silva constantes do expediente. Necessitam de apoio.- Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 089/91, que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro de bens e valores próprios ao patrimônio dos que assumirem cargo ou função de direção e assessoramento superior ou participarem de comissão de licitação na administração direta, indireta ou fundacional, no Estado do Paraná, conforme específica. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 24/91, de 21.03.91).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 208/91, que institui o Cadastro Rural Especial para fins de legalização da posse de imóvel rural de até 35 hectares em si-

tuação irregular. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 62/91, de 03.06.91).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 366/91, que implanta no sistema de Ensino Público Estadual, a semana do "Ver e Ouvir", objetivando sanar deficiências no quadro estudantil. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 101/91, de 21.08.91).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 376/91, dispõe que os valores provenientes de recolhimento de multas, por parte dos proprietários de veículos automotores, decorrentes do sistema de estacionamento regulamentado, qualquer que seja a denominação onde estiver implantado no Estado, reverterão integralmente ao município beneficiado, na forma que especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 104/91, de 27.08.91).

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 271/86, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria o Município de Pinhaís, com território desmembrado do Município de Piraquara e divisas do atual distrito administrativo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com Emenda Substitutiva de Plenário, Parecer da C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO, A EMENDA SUBSTITUTIVA.

Emenda-Aprovada.

Projeto- Aprovado.

O Projeto irá à Redação Final.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 309/91, de autoria do Deputado Toti Colaço, que cria o Município de Rio Bonito, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Com SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. APRECIAR NESTE TURNO A EMENDA SUBSTITUTIVA.

Emenda Substitutiva Geral da C.C.J., Aprovada.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 237/91, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que cria o Município de Ourilândia, desmembrado do Município de Barbosa Ferraz, com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovada a Emenda Substitutiva de Plenário, artigo por artigo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 237/91
EMENDA SUBSTITUTIVA N° 01

PARECER:

Analisando o contido no Protocolado n° 5.563/91, constatamos que a Emenda Substi-

Curitiba, terça, em 10.03.92

tutiva n° 01, de autoria do nobre Deputado Edson Silva Lino. com data de 19.11.91, ao Projeto de Lei n° 237/91, está de acordo com os preceitos legais que regem a matéria.

Diante do exposto, o nosso parecer é favorável podendo ser aprovado na forma do Projeto de Resolução já anexo.

Sala das Comissões, em 20.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 068/91, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência aos Moradores e Amigos dos Bairros de Curitiba, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 19, de 14.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 068/91

PARECER:

O Projeto de Lei n° 068/91, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Martins, ora sendo examinado por esta Comissão de Constituição e Justiça, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Assistência aos Moradores e Amigos dos Bairros de Curitiba, com sede e foro no Município de Curitiba.

Constatamos que o projeto em tela encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, estando portanto de pleno acordo com a legislação vigente, inexistindo qualquer óbice, tanto de ordem legal, regimental ou constitucional, que impeça a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Além das considerações acima expostas, a justificativa apresentada pelo autor, nos convence plenamente da sua oportunidade, razões pelas quais emitimos nosso Parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 507/91, de autoria do Deputado Colombino Grassano, que declara de Utilidade Pública o Centro de Estudos de Antropologia, com sede e foro na cidade de Arapongas, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 148, de 11.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 507/91

PARECER:

AUTOR: Dep. COLOMBINO GRASSANO

I. O ilustre Parlamentar propõe Projeto de Lei, que visa declarar de Utilidade Pública, o "Centro de Estudos de Antropologia Gnóstica", com sede e foro na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

II. Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de utilidade pública.

III. Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental, para o trâmite normal do presente Projeto nesta Casa de Leis.

Parecer Favorável, pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 18.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 513/91, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que revoga a Lei n. 9.311, de 05 de julho de 1990 e cria o município de Rancho Alegre D'Oeste, desmembrado do município de Goioerê, com divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 149, de 12.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 513/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Toti Colaço, o Projeto de Lei n. 513/91, ora sendo examinado por esta Comissão de Constituição e Justiça, visa revogar a Lei n. 9.311 de 5 de julho de 1990 e criar o Município de Rancho Alegre D'Oeste, desmembrado do Município de Goioerê.

A finalidade do presente plano de lei é a de eliminar os riscos do artifício do termo "AD REFERENDUM", que viabiliza a interrogação sobre a sua validade jurídica Constitucional, junto ao Tribunal de Justiça do Estado, pela interposição de Mandado de Segurança, impetrado pela Municipalidade a ser desmembrada.

De tal forma, com a revogação da citada Lei, ora em vigor, afasta-se a hipótese da arguição de inconstitucionalidade, do Projeto ora em epígrafe.

Cumpridas as exigências contidas no artigo 2º, itens I, II e III da Lei Complementar n. 56, de 18 de fevereiro de 1991, esta Comissão de Constituição e Justiça, após a análise proferida, emite o seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa requerimento n. 0153, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 0142, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos ns. 0140 e 0139, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Solicito a Vossa Excelência que transfira a votação desse requerimento para o dia de amanhã, bem como do outro que pede regime de urgência da COHAPAR.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente.

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimentos ns. 0160 a 0161, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 0149, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento n. 0159, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Encaminhe-se na forma do requerido.

Requerimento n. 0151, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 0150, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 0147, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 0146, de autoria do

Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento ns. 0143 e 0144, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 156, de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Trevisan, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 141, de autoria da Sra. Deputada Emília Belinati, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 155, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 148, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 116, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente de sessão anterior. Em discussão.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Tendo em vista que o Deputado Paulo Maia encontra-se acompanhando a Comissão Especial desta Casa, eu fiquei de acompanhar a tramitação desse requerimento, e o nobre Deputado Renato Adur entregou hoje a mim e a assessoria do Deputado já respondido diversos itens que consta do pedido de informações.

Então, requeremos à Mesa que fosse retirado o requerimento e se o Deputado Paulo Maia eventualmente não ficar satisfeito com o conteúdo das informações que lhe foram prestadas, ele oportunamente ingressará com um novo requerimento e isso já acertado com a assessoria do Deputado Paulo Maia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Suspendo a votação do requerimento até o regresso do Deputado Paulo Maia.

Requerimento de nº 156-A, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Dr. Rossinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. - Rejeitado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Um Sr. Deputado aprova.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e oito Srs. Deputados rejeitam. Está rejeitado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 09 e 14/92.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 271/86.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/91.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 68, 282, 507 e 513/91, e do Projeto de Lei Complementar nº 312/91.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 16, 17 e 24/92.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE FINANÇAS

12ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Vice-Presidente Senhor Deputado Mário Bezerra, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Garcia, Renato Adur e Alceu Swarowski. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 556/91, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 543/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 127/91. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 549/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 133/91. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 561/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 140/91. Relator Depu-

tado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 582/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 141/91. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Neste momento o Deputado Mário Bezerra passa a Presidência da reunião para o Deputado Durval Amaral; este pede desculpas pelo atraso e assume a Presidência, dando seqüência a reunião. 06) Projeto de Lei nº 586/91, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 127/91. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 579/91, de autoria do Deputado João Iensen. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 584/91, de autoria do Tribunal de Contas, nº 1.256/91. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 587/91, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça - Ofício nº 1.220/91. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 10) Projeto de Lei n. 538/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 122/91. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei n. 563/91, de autoria do Deputado Dalton Machuca. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 12) Projeto de Lei n. 585/91, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício n. 1.257/91. 13) Projeto de Lei n. 560/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 139/91. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 14) Projeto de Lei n. 514/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 113/91. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com as Emendas Apresentadas pela C.C.J. 15) Projeto de Lei Complementar n. 581/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 143/91. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 16) Projeto de Lei n. 557/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 136/91. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 17) Projeto de Lei n. 559/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 138/91. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 18) Projeto de Lei n. 578/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Relator Deputado Renato Adur. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 19) Projeto de Lei n. 376/91, de autoria do Deputado Plauto Guimarães. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL
Presidente
WILSON PENKA
Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 14.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Mário Bezerra, João Iensen, Nelson Garcia e Renato Adur. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n. 606/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 152/91. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n. 580/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 142/91. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL APROVADO A EMENDA CORRETIVA. 03) Projeto de Lei n. 605/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 151/91. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 597/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 146/91, ... Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. O Sr. Presidente solicita ao Deputado Alceu Swarowski que faça a leitura do Parecer já exarado pelo Relator do Projeto de Lei nº 598/91, relator Deputado Renato Adur. 05) Projeto de Lei nº 598/91, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 147/91. Relator Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 545/91, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 129/91. Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 599/91, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 148/91. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Wilson Penka - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 15.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de dezembro de hum mil novecentos e noventa e um, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados Nelson Garcia, Alceu Swarowski, João Iensen e Renato Adur. Dispensada a leitura da ata da reunião anterior, face à distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à ORDEM DO DIA: Projeto de Lei n° 608/91, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 155/91. Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Wilson Penka - Relator

Ato da Comissão de Processo Administrativo

EDITAL DE CHAMAMENTO
A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO,

INSTAURADA PELA PORTARIA N° 127/91, DA DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

CONSIDERANDO que, na ultimação da instrução, concluiu pela indicição do funcionário GETOLIO CANELA FÁVARO como incurso nas sanções do art. 293, inciso V, letra "b", da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, estando sujeito à pena de demissão, por abandono de cargo;

CONSIDERANDO o desconhecimento do paradeiro do indiciado, para citação pessoal;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 320, e § 2°, da Lei 6.174, referida...

CITA e CHAMA GETOLIO CANELA FÁVARO para apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, facultada vista do processo, durante o prazo, no GABINETE DA PROCURADORIA (5° andar), fluindo o prazo a partir do 15° (décimo quinto) dia da publicação do presente EDITAL.

(a) JOSE RENATO DUARTE
Presidente da Comissão